



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

**Hábitos culturais-alimentares dos monges no Mosteiro de
Alcobaça: Século XII**

Rebeca Eleutério Holanda

**Brasília
2018**

Rebeca Eleutério Holanda

Hábitos culturais-alimentares dos monges no Mosteiro de Alcobaça:

Século XII

Trabalho de conclusão do Curso de História junto à Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do grau de licenciatura em História.

Orientador: Prof. Dr. Celso Silva Fonseca

Brasília

2018

Hábitos culturais-alimentares dos monges no Mosteiro de Alcobaça:

Século XII

Rebeca Eleutério Holanda

Resumo: O presente artigo é fruto de uma pesquisa realizada a partir de fontes secundárias que trabalham os documentos foco deste estudo. São três documentos: a Carta de Couto da fundação do Mosteiro de Alcobaça; o Estatuto da Ordem de Cister e a Regras de São Bento. O objetivo geral deste artigo é investigar o campo da História da alimentação no mundo ocidental medieval, permeando a sistematização de unidades econômicas da região centro-sul de Portugal, o processo colonizador e produtor de incremento das granjas, o crescimento do povoado, a atuação dos religiosos com práticas produtivas nessa região e o estilo de vida dos monges brancos.

Palavras-chave: Ordem de Cister, Cisterciense, Mosteiro de Alcobaça, Monges, Hábitos alimentares

Abstract: The present article is the result of a research carried out from secondary sources that work the following three documents that are the focus of this study: the Couto Charter of the Monastery of Alcobaça's foundation; the Statute of the Order of Cîteaux and the Rules of Saint Benedict. The general goal of this article is to investigate the Field of History of alimentation in the medieval western world, permeating the systematization of economic units of the central-southern region of Portugal, the process of colonization and development of farms, the village growth, the conduct of the religious with productive practices in this region and the life style of the white monks.

Key Words: Order of Cîteaux, Cistercian, Monastery of Alcobaça, Monks, Eating habits

Introdução

A cultura alimentar medieval é sem dúvida para esta pesquisa um campo curioso da História da alimentação. Sabe-se que os hábitos alimentares na Idade Média, assim como em outros períodos, passaram por processos de construção simbólica. Verdadeiros rituais de como fazer, servir e comer foram sendo criados e modificados com o passar dos anos. Servindo-se das ideias dos autores Flandrin e Montanari (1998), a mesa enquanto aliada ao ato de sociabilizar e não meramente de se alimentar traz o conceito de comensalidade através dos tempos, definindo o que se come e como se come.

A partir de pesquisas sociais e antropológicas é possível afirmar que a cozinha se define como um traço cultural, inclusive de relações políticas. Um chefe de estado/presidente, por exemplo, quando recebe seu homólogo, é ato cerimonial marcar um almoço ou jantar como evento social. Em toda sociedade, o espaço da cozinha resulta das características físicas do local onde está situada. Assim como da sua formação étnica e das suas crenças políticas que, por muitas vezes, carregam motivos religiosos primordiais.

A instituição cristã na idade Média passou por diferentes momentos desde a origem, viveu o apogeu e o declínio de vários mosteiros e até mesmo de ordens monásticas. Mas, no interior desses Mosteiros do universo medieval ocidental existiam tradições gastronômicas que persistiram com o passar dos séculos. Toda cozinha tem marcas do passado, da história, da sociedade, do povo ou da nação. O ato de cozinhar é dado como ação cultural ligada ao que fomos ou seremos. Nessa história que percorre tanto a alimentação quanto a gastronomia¹ vemos uma sucessão de trocas, conflitos, desavenças e reconciliações entre o que pode ser chamado de “cozinha comum” e a incrível “arte de cozinhar”.

O objeto do presente trabalho, o Mosteiro de Alcobaça, é classificado pelo Instituto Português do Patrimônio Arquitetônico (IPPAR) como uma das sete maravilhas de Portugal. Também chamado de Abadia de Santa Maria de Alcobaça, foi fundada segundo a Carta de Couto, dia 8 de abril de 1153, consagrando o domínio da Ordem de Cister na região da Estremadura Portuguesa.

¹“Conjunto de conhecimentos e práticas relacionados com a cozinha, com o arranjo das refeições, com a arte de saborear e apreciar as iguarias.” "gastronomia", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, <https://dicionario.priberam.org/gastronomia> consultado em 10-12-2018. Ou seja, o ato de se alimentar, por necessidade e por meio de uma dieta restrita privando os monges do prazer de comer como acontecia na Idade Média, não pode ser classificado como gastronomia.

O tema desse artigo partiu de uma inquietação e curiosidade no âmbito da História, chamado de História da alimentação. Baseado nas poucas investigações nessa área, buscou-se aqui compreender o contexto sociocultural do Mosteiro e como este consagrou os domínios da Ordem de Cister. Além de compreender o estilo de vida dos monges brancos cistercienses, a concordar com Maur Cocheril, segundo o fragmento de texto seguinte: "um mosteiro não pode considerar-se como um simples conjunto de pedras. É uma morada que ninguém se pode gabar de compreender se não souber quem foram os que a ergueram e a moldaram à sua imagem." (COCHERIL, M. 1965 p. 21).

Por meio da análise historiográfica acerca do Patrimônio do Mosteiro de Alcobaça e dando ênfase à dieta existente nas ordens religiosas regulares, este trabalho busca explorar sobre a alimentação baseada na cultura e religião dos monges no Mosteiro de Alcobaça. Percebe-se a alimentação como momento de celebração distinta da alimentação como um rito social, associada à honra do senhor feudal, ampliando a pesquisa nesse campo e trazendo uma perspectiva a novas discussões no estudo acerca da História Medieval.

Apesar da escassez documental, acredita-se que a fundação da Abadia de Santa Maria de Alcobaça teve pressão de dois lados: o interesse do poder régio, a partir de D. Afonso III e o interesse da Sé de Lisboa. Vista como um importante centro cultural, religioso e ideológico, com uma arquitetura gótica monumental, guiada pelo Estatuto da Ordem de Cister, a Abadia guarda em sua história uma tradição alimentar levada por monges e conversos.

A Ordem cisterciense no início do século XIII dependia dos conversos: religiosos laicos não participantes das liturgias e iletrados em latim, mas que tinham convivência nos mosteiros e eram encarregados de trabalhos manuais. Segundo os Estudos da Iria Gonçalves (1989), deve-se muito ao trabalho dos conversos o crescimento do número de granjas não só na estremadura, mas também ao norte de Portugal. Cister reconhecia os conversos como membros com plenos direitos, mas estes eram impossibilitados de tornarem-se clérigos, participarem do ofício divino e não faziam votos de observância religiosa, apesar de utilizarem o estatuto da Regra de São Bento.

Outro conceito importante a destacar-se nessa introdução é o conceito de granja, um importante pilar de sustentação, cuja substância permitiu um arranque econômico. As granjas dispunham normalmente de dois tipos de edificações: uma destinada à atividade agrícola, como armazéns, moinhos, adegas, etc; outra destinada à instalação dos

conversos, composta basicamente por cozinha, refeitório e hospedaria. As granjas criaram uma dinâmica que atraía as populações para as terras demarcadas pelo Mosteiro. Era proporcional o aumento do número de granjas e a extensão do território de colonização da abadia. Nessa perspectiva, as granjas são importantes pois representam a eficácia do controle administrativo e a autossuficiência produtiva.

Segundo Celso Fonseca (1994) as granjas são unidades agrícolas autônomas exploradas diretamente pelos religiosos e sob administração centralizadora do abade do mosteiro. Os cistercienses, a partir da reforma de São Bernardo, equiparavam o trabalho manual nas granjas ao ato da oração, ou seja, o trabalho deixou de ser encarado como uma punição e foi elevado na sua finalidade. A nova mentalidade cisterciense de expansão econômica baseada nas granjas andou em conjunto com a organização dos mosteiros da Ordem.

“Concebidos como uma empresa econômica, as granjas cistercienses estão dotadas com todas as estruturas desnecessárias, não apenas para a recolha da produção das terras que eram cultivadas pelos seus conversos, mas igualmente com todo o sistema de transformação necessário: lagares de vinho e de azeite, moinhos, etc. São essas células de produção que vamos encontrar espalhadas por todo o Couto de Alcobaça, organizando a exploração das propriedades dentro e fora desses limites.” (BARBOSA, P. G.1992, p.140)

Como já citado, a limitação documental produz apenas uma visão parcial tanto da ação dos monges de Alcobaça e a atuação do mosteiro quanto da história rural e povoamento da região centro-sul de Portugal. Para suprir tais deficiências da documentação, portanto, fez-se necessário servir-se principalmente da leitura, análise e uso da tese da professora historiadora-filósofa Iria Golçalves: “O patrimônio do Mosteiro de Alcobaça nos séculos XVI e XV”.

Contexto medieval da região Centro-sul de Portugal

Na Europa Ocidental Medieval, a partir do século XII tem-se na historiografia mais tradicional e cronológica a chamada Baixa Idade Média, momento em que ocorreram as famosas Cruzadas, reorganização do comércio já existente, crise da organização política, econômica e social: o feudalismo; renascimento urbano com a vida cidadina mais crescente, surgimento e expansão dos mercadores e as formações de monarquias na Europa.

O mercador é um personagem importante a partir do século XI que, na medida em que ocorre o crescimento demográfico e a formação de construções políticas, sobe de status e torna-se uma peça indispensável. Mercadores especializados passaram a intervir nos mercados mais organizados utilizando novos instrumentos financeiros para realização de pagamentos. Infere-se desse contexto a relação entre mercador, moeda, mercado e cidade. O mercador inicial podia dominar desde um mínimo de conhecimentos básicos e práticos até técnicas mais elaboradas e dependia de uma organização da casa de negócios ou da companhia, aliado a um quadro familiar que o permitia não trabalhar necessariamente sozinho. A sua presença o transformou em uma figura promotora da ordem comercial. Segundo Pierre Monnet (in: Le Goff e Schmitt, 2002) essa ascensão social dos mercadores e a respectiva elevação de suas atividades significaram uma mudança em toda a sociedade medieval.

Nesse contexto ocorre a fundação do reino de Portugal, então governado pela dinastia Afonsina. Sua história assentou-se, em parte, na reconquista de territórios ocupados por principados muçulmanos. Posteriormente, após a morte de Afonso III, já no final do século XIII, sua história foi marcada por eventos pontuais, como a crise de sucessão e a transição da então Dinastia de Borgonha para a conseguinte Dinastia de Avis.

No século XII, o território tinha ao Norte povoados cristãos fundamentalmente rurais e o Sul caracterizado por pequenos principados muçulmanos, marcado pelo comércio e um estilo de vida citadino. No referido período, a Igreja Romana, contando com o apoio dos nobres, tornara-se o maior poder econômico, político e cultural, estabelecendo uma cultura teocêntrica onde as pessoas tinham suas vidas orientadas sob valores religiosos cristãos. Nesse cenário de dominação católica se construiu e solidificou o espaço físico e o espaço cultural do Mosteiro de Alcobaça, em Portugal.

Apesar da atividade humana em volta da capital Lisboa fazer dela centro cultural, político e comercial de todo o país, constituindo uma incrível rota gastronômica, inclusive nos dias atuais, o foco do presente artigo é a cidade Alcobaça, pertencente ao distrito de Leiria, localizado no litoral-centro de Portugal.

Tal região teve sua história medieval marcada por lutas sobre o controle dos engenhos de moagem e do trabalho efetuado na drenagem e povoamento do território. O motivo desta região de Leiria ter sido alvo de disputas por anos se deve ao fato de conectar

várias vias de comunicação ligando o Norte ao Sul do país, além da parte litorânea ter rios de acesso ao mar e ao território interiorano, como se observa no mapa (Anexo 1).

Leiria, à época, teve papel importante, o local controlava o tráfego econômico de toda a região e o desenvolvimento da atividade agrícola e comercial. Além disso, a Vila de Leiria durante a Idade Média foi sede de várias cortes, principalmente durante o reinado de D. Afonso III. Ao analisar a economia do Ocidente Medieval, Jacques Le Goff destaca: "a economia medieval é essencialmente agrária e baseia-se na terra, que fornece o necessário." (LE GOFF, J. 1993 p. 271-272)



Anexo 1²

Emersão do Mosteiro de Alcobaça através da Carta de Couto

Levanta-se a hipótese de que foi a partir do interesse do poder régio de D. Afonso III e rainhas, aliado ao interesse da Sé de Lisboa, houve a liberação da Carta de Couto para construção do Mosteiro de Alcobaça. É importante ressaltar, no entanto, que tais hipóteses não têm comprovação devido à falta de documentação.

Ao vencer a batalha em Santarém no início do século XII e se tornar o primeiro Rei Português, D. Afonso Henriques deu início a fundação do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, entregando esta responsabilidade ao abade cisterciense Bernardo de Claraval, figura ativa e reconhecida à época, sobretudo no âmbito das Cruzadas.

² Retirado em: www.visitarportugal.pt/distritos/d-leiria Acesso em: outubro de 2018

Enquanto aguardavam a construção do mosteiro de 1178 a 1223, os monges cistercienses viveram em casas basicamente feitas de madeira. Infelizmente os arquitetos da obra são desconhecidos, mas sabe-se que planejaram o desenho arquitetônico com base no projeto na Abadia de Clairvaux, fundada por Bernardo de Claraval em meados do século XII. O Mosteiro de Alcobaça foi o primeiro edifício totalmente gótico e é ainda hoje símbolo da arquitetura cisterciense e a maior igreja em Portugal.

Bernardo de Claraval ingressou na vida religiosa muito jovem e antes dos 25 anos entrou na Abadia de Cister, em Borgonha. Seguiu a regra do mosteiro, a escrita por São Bento e após reformar a Ordem de Cister foi muito rigoroso quanto a vida simples que os monges deveriam conduzir. Com boa oratória, convertia muitas pessoas e teve a vida dedicada a liturgia e ao ensino da catequese. Foi o primeiro abade da Abadia de Claraval e fundou mais de 70 casas da ordem dos Cistercienses na Europa. Sua vida religiosa era vinculada a vida política e participou ativamente de 3 concílios: Concílio de Latrão, Concílio de Troyes e Concílio de Reims. O papa Eugênio III, monge Cisterciense de Claraval, foi quem pediu a São Bernardo que incentivasse uma nova cruzada, a Segunda Cruzada, portanto. Apesar do fracasso desta, São Bernardo conseguiu se tornar mais influente pelo crescimento da Ordem dos Cistercienses e pela consolidação dos Templários. A Ordem dos Templários foi uma organização de ordem militar de Cavalaria que existiu entre séculos XII e XIV com objetivo original de proteger os cristãos. Além de todos esses eventos, Bernardo de Claraval tornou-se uma figura que contribuiu para que as decisões das reformas gregorianas prevalecessem. S. Bernardo faleceu em 1153 e foi canonizado 20 anos depois, em 1174 pelo Papa Alexandre III.

D. Afonso Henriques doava terras para povoar e aproveitar os novos territórios conquistados e em 8 de abril de 1153 doou terras de Alcobaça a São Bernardo de Claraval, principal reformador da Ordem de Cister. Tal doação resultou em consequências para todo o reino de Portugal, principalmente devido ao empreendedorismo dos monges de Cister, pois além do domínio dos conhecimentos de técnicas agrárias, promoveram o dinamismo dos mercados urbanos. Utilizando as técnicas de produção existentes e servindo-se da experiência adquirida na Borgonha, incrementaram os arroteamentos³ e processos de cultivo.

³ Segundo Bonnassie (1985): “A terra arroteada é a terra nova, conquistada à natureza virgem por desflorestação, desbaste do mato, drenagem, etc. Arroteamento é pois sinônimo de desbravamento.”. “Foi sem dúvida o alargamento das superfícies cultivadas que permitiu o desbloqueamento do sistema e suscitou o arranque inicial da economia europeia. Os arroteamentos não foram certamente o único fator desta

Segundo Pedro Gomes Barbosa (1992), o Couto de Alcobaça constitui, devido a sua localização, um caso isolado em toda a transformação histórica regional, pois os territórios a eles confiados obtiveram produtividade de norte a sul.

São Bernardo e os cistercienses tiveram posse de espaço de grande dimensão fato que fez-se importante para a implementação das ideias cristãs na Península Ibérica.

“Território de cerca de 44 mil hectares cujos limites iam da Serra dos Candeeiros até à costa marítima, avançando para o Norte até às cercanias de Leiria e para Sul até às de Óbidos. Este imenso território quase ermo enquadrava-se claramente na vocação agrícola e povoadora dos cistercienses, que procuravam locais isolados ricos em água e solos férteis. Porém, esta motivação não esgota, certamente, as razões para tão vasta doação: importa referir o relevante papel político de Bernardo de Claraval, uma das figuras mais marcantes da Europa do século XII. Reflexo deste facto, terá sido o outorga por Afonso I de Portugal, então ainda não reconhecido por Roma como rei, da Carta de Couto, diretamente a Bernardo de Claraval: tratava-se de conquistar para a sua causa a influência de uma personagem crucial junto da Cúria Romana. Sendo assim, a independência de Portugal está intrinsecamente ligada à implementação do Mosteiro de Alcobaça. Para os cistercienses, a contribuição deste vastíssimo domínio consolidou em definitivo a sua posição na Península Ibérica.”⁴

Ou seja, a ocupação deste território secundava a estratégia do reino português de expansão para Sul, após a tomada da linha do Tejo com as conquistas de Santarém e Lisboa. Com um eficaz povoamento aliado à organização dos monges brancos, obteve-se estabilidade na região e os cistercienses cumpriam seu principal objetivo e função: a de normalizar os ritos cristãos. Nessa disposição o Mosteiro de Alcobaça se ampliou através das granjas, abrindo caminhos para conquistar vales e serras até o litoral, estendendo a presença dos abades e facultando a eles maior espaço político.

expansão; outros progressos, particularmente no domínio das técnicas agrícolas (afolhamento, fertilização, seleção de espécies), exerceram também a sua influência. Mas foi inegavelmente o trabalho dos desbravadores que constituiu a verdadeira origem do crescimento.”. “As consequências dos arroteamentos, desse imenso esforço camponês, foram gigantescas. No domínio econômico, a produção de excedentes já comercializáveis permitiu o desenvolvimento das trocas e o crescimento das cidades. No plano social e político, a expansão fomentou simultaneamente o desenvolvimento da sociedade feudal e o nascimento dos primeiros Estados modernos. O próprio florescimento artístico dos séculos XI a XIII encontra parcialmente a sua origem no crescimento agrícola, que permitiu sustentar e alimentar oficinas de artífices trabalhando a tempo inteiro na construção de monumentos, na confecção desse <<branco manto de igrejas>> que cobriu as terras desbravadas.” BONNASSIE, P. 1985. p.33-36

⁴ Fragmento de texto retirado do site oficial do governo português: http://www.mosteiroalcobaca.gov.pt/pt/index.php?s=white&pid=196&identificador=at131_pt.doc

Acesso em: Outubro de 2018

A agricultura nas regiões ativas do reino português neste período era a principal atividade econômica de subsistência das comunidades. Por se tratar, no entanto, de uma agricultura sazonal, só era possível se diversificar esta atividade a depender das condições físicas dos territórios. Especificamente na região da Estremadura portuguesa, segundo Iria Gonçalves: “teríamos assim o trigo como o cereal mais cultivado, com quase metade da produção, seguido do milho, da cevada e de uma insignificante colheita de centeio, a que se juntavam algumas leguminosas.” (GONÇALVES, 1989, p.78)

Outra técnica, secundária, mas também muito utilizada pelos monges do Mosteiro era a pecuária, que já vinha preenchendo papel importante na economia de Portugal na Idade Média. Dentre as várias funções desempenhadas pela pecuária, destacam-se o fornecimento de carne, leite, pele, lã, couro e o próprio estrume, que era empregado na fertilização do solo para adubar a terra cultivada. Os próprios monges de Alcobaça eram os pastores e usavam além da lã para confecção de suas roupas, a pele para fabricação de pergaminhos.

Pode-se inferir que a fundação de Alcobaça deveu-se mais a um fato político do que religioso, pois era necessário ocupar o espaço retomado dos mouros. No entanto, quanto à fundação do Mosteiro, temos ainda que:

“independentemente da doação amplíssima que lhes fizera o Sr. D. Affonso Henriques, e já depois que elles tinham redusido à cultura huma boa parte do Ermo, que lhe fôra doado, acudirão muitos particulares a fazerem-lhes doaçoes, que conservadas até hoje de um modo authentico fazem ver, que tal era o conceito merecido pelas virtudes dos primeiros Monges de Alcobaça.” (COCHERIL, M. 1965 p. 25.)

A mescla de interesses confirma a participação do então rei de Portugal na fundação de Alcobaça aliado ao espírito cisterciense. Segundo as tradições da Ordem, assim como nos mosteiros fundados sob estatuto de São Bento, era imprescindível a fundação ocorrer com a participação de exatamente doze monges e o seu abade, sob a invocação de Santa Maria.

Segundo Pedro Gomes Barbosa, as abadias da Ordem de Cister tinham toda a força advinda de dois principais pontos, a autonomia e a centralização: “O último desses aspectos, baseava-se numa cadeia que unia os mosteiros criados aos mosteiros criadores, até todos os ramos se juntarem num tronco comum que era a primitiva casa de onde tudo tinha partido, em 1098: Cister”. (BARBOSA, 1992, p.101)

Quanto à etimologia da palavra Alcobaça destaca-se aqui uma fala de Manuel Vieira Natividade:

“Em Alcobaça, embora faltem documentos etno e iconográficos da permanência árabe, abundam notas toponímicas de etimologia evidente: Alcobaça, Alfeizerão, Alvorninha, Aljubarrota, Alpedriz etc., as quais, ligadas aos castelos de Alcobaça e Alfeizerão, constitui, de per si, boa prova documental de demorada dominação muçulmana”.
(NATIVIDADE, M. V. 1942 p. 25)

O Estatuto da Ordem de Cister e os monges brancos no Mosteiro de Alcobaça

Segundo o Estatuto da Ordem de Cister, os abades cistercienses do Mosteiro de Alcobaça ou seus representantes eram obrigados a assistirem aos Capítulos Gerais da Ordem de Cister. Nessas sessões os abades podiam expor os seus problemas e suas ideias, mas deveriam estar atentos às diretrizes gerais estabelecidas e aplicadas em todas as casas da Ordem, reforçando a coesão e evitando possíveis dissoluções dos mosteiros por falta de meios ou excesso de independência.

Nessa rotina os abades tinham o dever de visitar ao menos uma vez por ano os Mosteiros que dependiam de sua supervisão. Dessa forma era possível controlar na localidade o real cumprimento das diretrizes gerais existentes nos Capítulos Gerais e ter controle sobre o aproveitamento da capacidade dos conjuntos de bens fundiários do Mosteiro, que deveria ser máximo segundo as regras e recomendações de Cister às suas fundações.

Seguindo todos os protocolos da Ordem, os monges tinham controle tanto do espaço físico quanto cultural dos mosteiros e não foi diferente na construção e consolidação do Mosteiro de Alcobaça. Segundo as regras da Ordem de Cister, não era permitido a criação de novas fundações ou filiações de outros mosteiros dependentes de outras ordens sem um consentimento prévio do Capítulo Geral. Esse procedimento acontecia através de uma verificação das terras doadas e se estas satisfaziam as exigências mínimas estabelecidas pelo documento para viabilidade econômica do local e para a construção de uma nova casa. Um dos preceitos para a construção de novos mosteiros era estarem afastados de locais habitados, porém, o mosteiro não poderia ficar despovoado. Portanto, só era permitido uma nova fundação por um determinado mosteiro caso fosse comprovado excesso de população monástica ou caso este tivesse monges em número suficiente para dispensar naquele momento.

O Capítulo Geral só aprovava novas fundações caso: “fossem enviados abades inquiridores para se certificarem de que o lugar preenchia os requisitos para fixação dos doze monges e do seu abade” (BARBOSA P.G. 1992 p.101). Apesar desse controle, os mosteiros existiam com uma certa autonomia; essa emancipação fazia parte do plano da organização econômica dos cistercienses, na qual cada comunidade dirigia os seus bens, aumentando através de compras ou doações e tirando o máximo rendimento, sempre direcionados pelo interesse da Ordem. Observa-se o princípio da autonomia centralizada que caracterizava as granjas, um dos instrumentos mais poderosos da organização econômica desses mosteiros na época.

Baseados na exploração agrícola, os monges brancos de Alcobaça orientavam em dois pontos seu senhorio: o primeiro foi o que Pedro Gomes Barbosa (1992) chama de “exploração direta”, desenvolvida através das granjas; o outro foi a atração de colonos para as terras arroteadas e a regionalização destas através das cartas de povoação. Segundo Celso Silva Fonseca:

“É-nos permitido inferir que as granjas não eram somente unidades produtoras, mas também pólos de irradiação e confirmação da ascendência política dos abades de Alcobaça. As granjas tornavam-se as intermediárias executoras das orientações políticas que emanavam da sede dos coutos, na medida em que perfaziam uma renda singular no conjunto da economia portuguesa além da preeminência (entendida nos seus múltiplos aspectos no conjunto social) que exercia o abade do mosteiro.” (FONSECA, C. S. 1994 p.136)

As Cartas de Povoação que concediam terras para os colonos ocuparem eram expedidas de acordo com a vontade e necessidade dos monges de atrair mais pessoas. Essas cartas delimitavam o número de pessoas ou famílias que poderiam se fixar em determinada zona, equilibrando proporcionalmente a quantidade de pessoas com a fertilidade do terreno. Os colonos por sua vez deveriam submeter-se às orientações dos monges. Segundo Joaquim Vieira Natividade (1942), as cartas de povoação testemunhavam o esforço colonizador e o desenho de uma política de expansão agrária, ao entregar terreno virgem e também culturas já feitas pelos monges como vinhas, pomares e olivais, conferiam ao mosteiro uma vocação voltada para a renda.

Em decorrência do aumento do número de granjas surgiu a escassez da mão de obra, os irmãos conversos já não eram suficientes. Os monges passaram então a arrendar terras a colonos, normalmente em regiões menos povoadas. Esses colonos iam para as terras acompanhados de suas famílias, trabalhavam e viviam baseados na subsistência. Essa porção de terra não era uma doação: se fosse vendida, o colono não tinha direitos

sobre a mesma e poderia, inclusive, ser vendido junto a terra. Os colonos e suas famílias, absorvendo os conhecimentos passados pelos monges agrônomos, como nos diz Natividade (1942), são os que irão ocupar as áreas arroteadas mais ao norte de Portugal nos anos seguintes.

O Abade e seus monges eram granjeiros, ecônomos, tesoureiros e responsáveis pela aplicação das regras e das recomendações de Cister. Essa orientação diferencia do sistema senhorial clássico, porém coadunavam-se às mudanças e novas necessidades da vida citadina em crescimento. E às transformações nas propriedades fundiárias, a procederam maior aproveitamento da terra.

Outro documento de destaque para o funcionamento de toda essa organização era o “Exordium Paruum”, que previa e regulamentava a exploração dos bens das terras. Este documento cisterciense, também do século XII, incorpora cartas oficiais e documentos a história da Ordem. A legislação cisterciense inicial era constituída pelos documentos: Exordium Parvum, Exordium Cistercii, Carta Caritatis Prior, Summa Cartae Caritatis, Capitula, Ecclesiastica Officia, Usus Conversorum.

O trabalho monástico de Cister passou por revisões, pois deveria suprir as necessidade da vida litúrgica e acompanhar o ritmo de orações que a Regra de São Bento prescrevia. Foi a partir dessas revisões que surgiu o modelo de organização já citado, que previa, no Capítulo Geral reuniões anuais de todos os abades de todos os mosteiros. Além disso, como Cister funcionava através do sistema de abadias-mãe, todos os anos todos mosteiros deveriam ser visitados e conseqüentemente, controlados pela abadia que a fundou. Ou seja, a centralidade na verdade fazia parte de um sistema de hierarquia através do Capítulo Geral e os Estatutos, formando um bloco de unidade coeso. Foi com essa base aliada ao rigor teórico no controle de gastos e simplificação da vida que ocorreu uma expansão da Ordem cisterciense.

Não foi possível ter acesso as fontes primárias, mas após investigações e pesquisas pode-se deduzir que a partir do início do século XII ocorreu as fases do processo histórico de estabelecimento da congregação, selado por publicações de documentos em latim que reuniam as ordenações ou estatutos proclamados, além de escritos sobre a história, a devoção dos monges e as práticas litúrgicas que deveriam ser adotadas por toda a irmandade e comunidade.

Quanto à relação dos monges brancos com a área ocupada e a agricultura Georges Duby (1979) no livro *São Bernardo e a Arte Cisterciense* considera que os monges de Cister trabalhavam na terra para retirarem o sustento, como descritas nas regras de São Bento. Analisando esse cenário percebe-se que os monges em Alcobaça conseguiram realizar tal empreitada no exato momento em que as rendas dos produtos agrícolas na região começaram a valorizar as terras. A aplicação de novas técnicas que ali eram desenvolvidas, como por exemplo os moinhos hidráulicos, também contribuía para essa valorização, o que resulta na elevação dos preços cobrados por Alcobaça aos moinhos de Leria, assim como em discussões com os moradores dessa vila e seu Conselho.

Duby (1979) descreve o Couto de Alcobaça como um património que foi alargando suas posses em terras não cultivadas, em terrenos com vegetação rasteira e pântanos, criando assim a necessidade de diversificação da comida para além do pão. Nesse momento, a carne entra na alimentação mais rápida, produzida em quantidades incalculáveis para a contemporaneidade, mas que provavelmente não deveria ser pequena em relação a comunidade da região na época. Esse trabalho agrícola dos monges era realizado nas granjas que se configuravam como grandes unidades agrícolas autônomas, exploradas diretamente pelos religiosos e sob a administração centralizada exercida pelo abade do mosteiro.

Dessa interpretação, destaca-se a ideia de que um dos objetivos da organização dos bens acumulados de um domínio cisterciense era o lucro. Ciente de que o conceito requer exame mais preciso em artigo a parte, o presente trabalho busca iniciar a discussão a respeito da ideia que se tinha de lucro no contexto da Idade Média e o porquê da obtenção e acúmulo dessa riqueza. E assim como em toda organização que visa o lucro, faz-se necessário a relação de exploração, como destaca Duby:

“Os religiosos também eram senhores; eles exploravam os camponeses tanto quanto os outros; tiravam disso, como os outros, rendas cada vez mais abundantes. A estes recursos somou-se, através das esmolas, boa parte dos lucros da senhoria laica. Assim os eclesiásticos foram, em última instância, os principais beneficiários do crescimento agrícola.” (DUBY, G. 1979 p.18).

Dentre as Ordem monásticas, Cister buscou prestígio e poder frente a outras ordens, e influenciar diretamente o reino português, que detinha o controle e toda a hierarquia. Ainda segundo Duby (1979), o lucro também derivaria do valor do trabalho e da obrigação do homem de produzir. Nessa lógica, o trabalho seria uma forma de

submeter a natureza à ordem espiritual, em um momento em que a sociedade sofria com a alimentação precária.

Assim como Alcobaça, as várias redes de casas de Cister espalhadas pela Europa tinham como objetivo fazer com que a mesma política econômica e de poder que havia em Portugal se estendesse a diferentes localidades. A Rede Supra Nacional das casas de Cister eram vistas como estrutura de circulação financeira. Levanta-se a hipótese de que a maioria das instituições religiosas, inclusive a Abadia de Alcobaça, emprestava grandes somas de dinheiro para nobres.

Sistema produtivo e hábitos culturais-alimentares do Monges do Mosteiro de Alcobaça

A ética cisterciense tomava corpo na medida em que crescia a Ordem. No plano cisterciense existia a definição e distribuição das edificações dentro da área Mosteiro de Alcobaça. Tais áreas foram conservadas com pequenas modificações para a vida contemporânea.

“As principais dependências do conjunto seriam a Igreja, com orientação definida tal como acontecia com as edificações medievais anteriores e o Claustro, o verdadeiro centro nevrálgico do mosteiro, geralmente localizado a sul do templo... A referida orientação da Igreja significava o seu posicionamento num eixo poente-nascente, ficando a capela-mor virada para Oriente, ou seja na direção de Jerusalém e do túmulo de Cristo. Em redor do Claustro distribuem-se as várias dependências conventuais, ficando a Igreja encostada a uma das galerias seguindo-se, as restantes edificações, segundo uma ordem hierárquica de importância. Deste modo, no piso térreo encontramos a Sacristia... seguindo-se a Sala do Capítulo, onde se reunia o Capítulo da Ordem, o Parlatório, e a Sala dos Monges. Na galeria oposta à Igreja (norte) situam-se a Cozinha, o Refeitório e o Lavabo... De facto, a localização dos mosteiros cistercienses obedecia sempre a imperativos de implantação em terrenos que não poderiam ter grandes desníveis, isolados, tendo como condição indispensável a presença de água.... Ao longo de todo o período que se estende até inícios do século XIX, os monges desenvolveram uma prodigiosa atividade agrícola, hidráulica e de povoamento. Cumprindo escrupulosamente a sua regra, cultivavam as terras, guardavam rebanhos, entregavam-se a todas as tarefas agrícolas, extraíam o ferro, forjavam as alfaias, instalaram as primeiras indústrias do País. Desbravaram as charnecas e secaram os pântanos. Plantaram pomares, olivais e vinhas. Em contexto de época, eram notáveis os seus conhecimentos sobre agronomia, irrigação de terras, e até metalurgia. Não se pode afirmar com certeza que as granjas tenham sido escolas agrícolas. Provavelmente os monges conversos e o mestre da granja, dariam o exemplo e os colonos que aí se fixavam aproveitavam as alfaias e as sementes que lhes eram

cedidas, e também as lições e orientação.”⁵

Como descrito anteriormente, após o período de construção e assentamento, o Mosteiro começou a participar e até mesmo intervir no povoamento da região de Leiria. Mesmo povoando as zonas com colonos e famílias, os monges de Alcobaça faziam também o “*propriis manibus*”, ou seja, lavravam o campo com as próprias mãos. Dessa forma, davam ao árduo trabalho agrícola um novo sentido social naquele momento. Tal trabalho era carregado tanto como um valor econômico de sustento da comunidade quanto como um valor simbólico e religioso, pois no gesto ofereciam a dureza do seu trabalho como sacrifício de louvor a Deus. Nessa configuração, o trabalho no campo e a oração assumiam uma única dimensão.

A respeito das potencialidades agrícolas nesse domínio alcobacense Iria Gonçalves (1989) oferece uma visão de destaque à prática agrícola:

“incluía em si todas as possibilidades econômicas que a Idade Média conhecia. Todas as culturas que a nossa terra então comportava se casavam umas com as outras, interpenetrando, mas guardando uma ordem bem visível na distribuição”. GONÇALVES, I. 1989 p. 130.

Sobre o estilo de vida comunitário do Mosteiro, Maur Cocheril (1959) ressalta: "o monge nunca estava só. No dormitório, dormia sobre um enxergão, separado dos seus vizinhos por uma divisória de pouca altura. Quando não estava na horta ou nos campos, trabalhava em silêncio." (COCHERIL, D.M. 1959). Depreende-se também que o silêncio tinha um valor singular para os Monges brancos do Mosteiro de Alcobaça: a eles era apenas permitido conversar ou falar sem restrição com o Abade. O trabalho do dia a dia deveria ser realizado em silêncio, somente no Parlatório os monges podiam conversar entre si. Essa obediência se estendia à todos os níveis da vida monástica. O abade representava a autoridade máxima do mosteiro e só era substituído em caso de morte ou se não seguisse as prescrições da Regra de São Bento. O mosteiro era uma casa vinculada à ordem de Cister, mas possuía autonomia administrativa local.

Outro ponto primordial de vida para os Monges era a água, considerada tanto na sua dimensão simbólica como na sua utilização natural um importante elemento para a vida cisterciense. Isso é nítido quando se observa o plano arquitetônico e paisagístico da Abadia onde necessariamente há uma fonte aquática, com fins tanto para a higiene pessoal e limpeza dos ambientes quanto para a agricultura e consumo alimentar.

⁵ Fragmento de texto retirado do site oficial do Mosteiro de Alcobaça
http://www.mosteiroalcobaca.gov.pt/pt/index.php?s=white&pid=211&identificador=at24_pt.doc
Acessado em outubro de 2018

A disciplina monástica, que incluía o regime alimentar, era comum para toda comunidade: “que os monges, ou conversos, que tem necessidade de comerem carne, por cada uma vez, que jejuem três dias a pão e água, com disciplina em capitulo os mesmos três dias; mas os abades que também os comerem, que sejam obrigados a só os jejuns” (SANTOS, M. 1710, p. 46). O jejum e a abstinência da carne bovina eram de certa forma estimulados como uma estratégia para aumentar a resistência à carne e aos desejos mortais.

Essa associação é exemplificada na Regra de São Bento: "Além disso, que o uso da carne seja concedido aos doentes que estiverem muito fracos para recuperar as forças, mas quando estiverem convalescidos, que todos se abstenham de carne como sempre".⁶ Como já descrito, A Regra de São Bento, importante fonte documental, era usada e seguida na íntegra pelos cistercienses. Segundo Janet Barkas (1975) em *The Vegetable Passion* uma divisão da Ordem Cisterciense, os Trapistas⁷, ainda seguem a dieta com abstinência da carne, considerada vegetariana.

A incitação na alimentação é um dos motivos que move a gula, um dos setes pecados capitais listados pela igreja católica no Concílio de Trento. Os monges com o intuito de manter seus corpos purificados se mantinham reclusos no ato de se alimentar, não tendo nenhum prazer vinculado a carne. Tinham uma dieta alimentar baseada em água, pão, frutas e legumes, além de consumir bastante vinho. A produção dessa bebida se iniciava na escolha do solo e da orientação para plantio e cultivo da uva. O vinho que era produzido no Mosteiro de Alcobaça tinha como missão não apenas satisfazer as necessidades da comunidade local mas também de agilizar um comércio inter-regional. Todo o desenvolvimento técnico dos métodos de fabricação e conservação aliado à experiência do comércio tornaram a região um modelo para outras regiões que aspiravam a produção de vinho.

Também fazia parte da vida monástica consagrar algumas horas do dia à oração:

⁶ Fragmento de texto retirado do site: <https://www.vegetarianismo.com.br/monasterios-da-idade-media/>
Acessado em novembro de 2018

⁷ A Ordem trapista, também conhecida como Ordem dos Cistercienses Reformados de Estrita Observância é uma congregação religiosa derivada da Ordem de Cister. Fundada no século XVII, os monges seguem também a Regra de São Bento e acreditam que devem garantir a sua subsistência através do trabalho. Esse foi um dos motivos para que várias abadias começassem a produzir bens de consumo não só para a comunidade mas também para vender ao público, expandindo a rede de comércio. São comumente chamados "trapistas", pois a criação da ordem resultou da reforma do mosteiro de Nôtre-Dame de la Trappe em Soligny-la-Trappe, Baixa-Normandia na França.

"sete vezes por dia, a horas determinadas, entravam em fila na Igreja para orar. Reuniam-se no coro sentados frente a frente, por ordem de idade." (FERREIRA, M. A. L. P. 1994 p. 38.) Segundo Duby (1990), a festa, a arte e a sociabilização na hora de comer faziam parte dos rituais em que a sociedade do século XII viam como momento de expor o belo através do estético:

“De fato, não mais do que entre o quotidiano e o festival, entre as “artes” mecânicas e as da pintura, não existe na época descontinuidade entre a festa profana e a festa religiosa. A primeira penetra nas cerimônias maiores da segunda para ali culminar. Nenhuma fronteira entre as liturgias de Natal e os banquetes de coroação, entre os cânticos de Pentecostes e as cavalgadas das sagrações cavaleirescas... Naquele tempo a arte profana se prolonga na arte sacra.” (DUBY, 1990 P.11).

A cultura do prazer formada para a aristocracia laica também se dispersou pela sociedade: “Festas de ostentação, onde se gastava à larga para comer e beber, para se enfeitar.” (DUBY, G. 1990 P.15).

Rituais de oração, vida disciplinada e rigorosa, a preferência ao silêncio e o trabalho manual principalmente agrícola, com variedade de frutas e pomares, advinham dos prolongamentos das granjas e foram escolhas feitas pelos monges para tentar da melhor maneira possível viver segundo as prescrições da Regra de São Bento. Da mesma forma, segundo as Cartas de povoação, deveriam viver os fiéis na região da Estremadura construindo progressivamente sua pátria.

A cozinha medieval do Mosteiro de Alcobaça no grande complexo se situava à ocidente do Refeitório, mas foi destruída no século XVII e reconstruída posteriormente. A Cozinha atual é situada entre o Refeitório e a Sala dos Monges. No centro do ambiente existe uma grande chaminé forrada com azulejos que pode ser observada no anexo 2, e ao fundo um tanque com água corrente destinada à lavagens diversas. O refeitório está situado ao lado da atual cozinha, tem passagem para a Cozinha medieval, já desaparecida e outra para o pátio. É constituído por três naves abobadadas, divididas por duas fileiras de quatro colunas e um Púlpito do Leitor, onde um monge se encarregava diariamente da leitura sacra durante as refeições.

Abadia de Santa Maria de Alcobaça continua erguida, mesmo depois de várias modificações:

“A sábia administração do domínio deu lugar a um feudalismo exacerbado, com aumento de impostos e nova interpretação dos forais. Cresciam os privilégios à medida que o poder e riqueza da abadia aumentavam: a decadência era portanto inevitável. A situação foi fortemente agravada com a instituição do regime das comendas e só

conhece melhoras com a instauração da Congregação Autónoma Portuguesa, nos finais do século XVI, dado que os infantes comendatários empreendem melhorias significativas no Mosteiro. Em 1755 com o terramoto e em 1772 com as inundações, o Mosteiro sofre graves danos, o que fez com que se recorresse a empréstimos para as obras de reconstrução. Estes deram origem a um terrível colapso financeiro. Após o grande fausto e opulência dos séculos XVI e XVII e o apogeu do barroco, já não havia forma de travar a decadência financeira. Para agravar este quadro, as invasões francesas de 1810, depauperaram a abadia. Os danos foram irreparáveis na Igreja, com roubos e saques de objetos preciosos e queima de várias dependências do Mosteiro. As novas ideias introduzidas pela Revolução Francesa, agravaram a hostilidade contra os monges, inviabilizando o recurso a novos empréstimos para a reconstrução. A situação tornou-se ainda mais hostil, quando em 1833, a população local invade o Mosteiro e o saqueia: a estes juntaram-se pessoas vindas dos arredores, bem como os soldados franceses, acantonados em Peniche. Com grande dificuldade foram salvos manuscritos e livros da Biblioteca que atualmente constituem os valiosos arquivos da Biblioteca Nacional de Lisboa e do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. A extinção das ordens religiosas em 1834, ditou o abandono do cenóbio do Mosteiro de Alcobaça e pela primeira vez em séculos, deu a conhecer aos alcobacenses o interior dos espaços monásticos.”⁸



Anexo 2⁹

⁸ Fragmento de texto retirado do site oficial do Mosteiro de Alcobaça:
http://www.mosteiroalcobaca.gov.pt/pt/index.php?s=white&pid=211&identificador=at24_pt.doc
Acessado em: Outubro de 2018

⁹ Anexo 2. Atual Cozinha do Mosteiro de Alcobaça. Foto acervo pessoal tirada em 02/05/2017.



Pátio interno do Mosteiro. Foto acervo pessoal tirada em 02/05/2017

Considerações finais

Baseado nas breves investigações no âmbito da História Medieval e da História da alimentação, este artigo buscou mostrar algumas fases da vida religiosa e a observância monástica da Abadia de Santa Maria de Alcobaça, dando visibilidade as potencialidades dessa casa de São Bernardo. Seja como instituição influente no meio social ou como veículo propulsor da cristandade, é incontestável os papéis desempenhados pela igreja no Ocidente Medieval, que segundo Jacques Le Goff (1983): "é um mundo à beira do limite, incessantemente ameaçado pelo risco de a sua subsistência deixar de estar garantida - um mundo em equilíbrio marginal." (LE GOFF. J. 1983. p.280)

Esse trabalho tenta aproximar-se da mentalidade medieval monástica tão distante da contemporaneidade, mas que se faz presente na Ordem Cister ainda existente. Estudar uma temática complexa, situada em um certo tempo histórico distante, é um desafio, mas não uma impossibilidade.

No século XIII e meados do século XIV Cister era braço direito do reino português, o Mosteiro de Alcobaça era um fundamento de força política e um aliado do rei para fazer frente à nobreza. Sobretudo à nobreza do norte, da Nortenha, um dos pontos de apoio para a transferência da capital para Lisboa.

Os monges do Mosteiro de Alcobaça conseguiram manter um poderio econômico através do trabalho agrícola e este foi incentivado por uma vida disciplinar monástica rigorosa que seguia padrões e regras, inclusive uma dieta alimentícia orientada não apenas pela saúde, mas também por motivos religiosos e culturais.

Não só quanto ao estilo de vida dos monges de Alcobaça, mas em todos os aspectos a respeito do Mosteiro, a investigação e pesquisa histórica passa por dificuldades, pois tem-se poucas fontes acessíveis na biblioteca que a Abadia abrigava. E quanto a bibliografia se encontra espalhada. No século XIX as ordens monásticas foram extintas e várias fontes portuguesas foram queimadas, mas a maior parte do acervo documental e bibliográfico ainda existente sobre o mosteiro de Alcobaça encontra-se na Torre do Tombo e na Biblioteca Nacional de Lisboa, em Portugal.



Fachada do Mosteiro de Alcobaça. Foto acervo pessoal tirada em 02/05/2017

Fontes primárias

Carta de Couto (8 abril 1153)
Estatuto da Ordem de Cister
Regra de São Bento

Fontes secundárias

BARBOSA, P. G. Povoamento e Estrutura Agrícola na Estremadura Central. Instituto Nacional de Investigação Científica. Lisboa, Jan/1992.

DUBY, G. São Bernardo e a Arte Cisterciense. Tradução: Roberto Leal Ferreira. Editora: Livraria Martins Fontes. São Paulo, Março/1990

GONÇALVES, I. O patrimônio do Mosteiro de Alcobaça nos séculos XVI e XV. Lisboa, 1989.

SANTOS, Manuel dos. Alcobaça Ilustrada: notícias e história dos mosteyros, e monges insignes cistercienses da congregaçan de Santa Maria de Alcobaça da Ordem de S. Bernardo nestes reynos de Portugal e Algarves. (1.^a parte). Coimbra, 1710.

Referências Bibliográficas

BARBAS, Janet. “The Vegetable Passion, A History of the Vegetarian State of Mind”, 1975.

BONNASSIE, P. Dicionário de História Medieval. Arroteamento. Publicações de Dom Quixote. 1985. p.33-36

COCHERIL, D.M. “Abadias cistercienses portuguesas”. Lusitania sacra, t. V, parte II. 1959.

DUBY, G. São Bernardo e a Arte Cisterciense. Tradução: Roberto Leal Ferreira. Editora: Livraria Martins Fontes. São Paulo, Março/1990

FLANDRIN, J. L. e MONTANARI, M. História da Alimentação, tradução de Luciano Vieira Machado e Guilherme J. F. Teixeira, São Paulo, Estação Liberdade, 1998.

FONSECA, C. S. As granjas cistercienses na estremadura portuguesa: contribuições para uma matriz sócio-econômica. Revista de História, departamento de pós-graduação em História – UnB. 1994.

LE GOFF, J. A Civilização do Ocidente Medieval. VOZES, 1983

MONNET, Pierre. Mercadores. In: Dicionário temático do Ocidente Medieval II. LE GOFF E SCHIMITT, 2002, p. 183 – 196.

NATIVIDADE, J. V. Os monges agrônomos do Mosteiro de Alcobaça, I Alcobaça, 1942.

_____ A região de Alcobaça. Lisboa, s/d.

_____ Alcobaça d'outros tempos. Alcobaça, 1906.

Sites Referências Bibliográficas

www.abbayedclairvaux.com/

<http://www.citeaux.net/>

<https://digitarq.arquivos.pt/>

<http://www.mosteiroalcobaca.gov.pt>

<https://www.vegetarianismo.com.br/monasterios-da-idade-media/>

www.visitarportugal.pt/distritos/d-leiria